

## OS APINAJÉ: INTERFACES ENTRE O MUNDO INDÍGENA, AS AGÊNCIAS DA SOCIEDADE NACIONAL E OS NOVOS SUJEITOS SOCIAIS QUE COMPÕEM O CENÁRIO MULTIÉTNICO ATUAL

*Raquel Pereira Rocha\**

**RESUMO:** O presente artigo sintetiza alguns dados e apontamentos resultantes de uma pesquisa de campo realizada em janeiro de 2008, entre os Apinajé, no estado de Tocantins. Os dados referem-se à situação socioeconômica vivida atualmente por essa população indígena e a problemáticas relacionadas à saúde, educação e gênero.

**PALAVRAS-CHAVES:** populações indígenas, povos Jê, Apinajé

### INTRODUÇÃO

Os Apinajé pertencem à família Jê setentrional e localizam-se ao norte do Estado do Tocantins, nas cercanias dos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, Itaguatins, São Bento, Cachoeirinha e Nazaré, entre os rios Araguaia e Tocantins, região conhecida como 'Bico do Papagaio'. Atualmente, estão atravessando uma situação marcada por pressões externas e conflitos internos, que tive a oportunidade de presenciar durante a viagem de campo realizada em janeiro de 2008. É justamente desse complexo contexto histórico que tratarei nas páginas que se seguem.

A aldeia São José, onde estou desenvolvendo minha pesquisa, fica próxima à cidade de Tocantinópolis e é a maior de todas, reunindo cerca de

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS, IFCH/ UNICAMP.

60% da população. Seu formato é circular e irregular; nela é realizada a maior parte dos rituais tradicionais e das festas católicas. As aldeias Apinajé encontram-se divididas sob a administração de dois Postos Indígenas da Funai. O PIN São José, que compreende as aldeias Buriti Comprido, Cocalinho, Palmeiras, Patizal, Prata, Cocal Grande, Bacabinha, Abacaxi, Areia Branca, Serrinha e Boi Morto, e a PIN Mariazinha, responsável pelas aldeias Botica, Bonito, Girassol, Brejão e Riachinho.

Na realidade, este não foi meu primeiro contato com esse grupo indígena. Entre 1999 e 2001, realizei minha pesquisa de mestrado sobre a questão de gênero entre os Apinajé. A dissertação permitiu discutir algumas questões relevantes aos estudos de gênero e recorrentes na literatura sobre os povos Jê, bem como temas caros à etnologia brasileira e às terras baixas em geral, entre eles: a noção de *organização dual*, baseada na existência de metades com funções cerimoniais; as chamadas *relações de substância*, pelas quais pessoas consanguineamente próximas seriam ligadas por meio das substâncias corpóreas, como o sangue e o sêmen; e as divisões binárias entre centro e periferia, que contrapõem mulher/doméstico/privado a homem/centro/público.

Em Janeiro de 2008, retornei à aldeia São José<sup>1</sup> para uma primeira pesquisa de campo visando à elaboração da tese de doutorado que, a princípio, objetiva aprofundar as questões discutidas na dissertação de mestrado. Entretanto, na situação atual vivida pelos Apinajé, chamou-me a atenção a questão socioeconômica. A começar pela crescente dependência econômica dos Apinajé em relação aos programas sociais dos governos federal e estadual.

## O CONTEXTO ATUAL: TENSÕES INTERNAS E EXTERNAS

As pressões externas sofridas pelos Apinajé contemporâneos vêm de várias fontes. Alguns dos projetos que visam ao desenvolvimento do Norte e Nordeste do Brasil, por exemplo, afetam diretamente a área, como a Usina

---

<sup>1</sup> Nesta visita estive acompanhada de minha orientadora, Profa. Dra. Vanessa Lea, que trabalha com os Kayapó, outro grupo Jê, com acentuada proximidade lingüística com os Apinajé. Por conta dessa similaridade, Lea fez um levantamento comparativo lingüístico entre os dois grupos.

Hidrelétrica de Serra Quebrada, localizada à margem do rio Tocantins, entre Tocantinópolis (TO) e Porto Franco (MA). Por conta do represamento do rio, a realização dessa obra atingirá grandes plantações de babaçu (recurso largamente utilizado pelos Apinajé, sobretudo para a construção de casas), e fará desaparecer trechos férteis de terra. A Hidrovia Araguaia-Tocantins, por sua vez, deverá cortar cerca de 2000 km, passando por cinco Estados e várias áreas de conservação ambiental, incluindo a Ilha do Bananal e 35 áreas indígenas, e chegando até um dos limites da área Apinajé, a aproximadamente 30 km da cidade de Estreito (MA). E há ainda a Estrada de Ferro Norte-Sul, que tem entre seus objetivos a ocupação econômica e social do cerrado brasileiro, ou o Projeto Ferro-Carajás, lançado em 1985 pelo então presidente José Sarney, que incluiu a TI Apinajé nos benefícios do convênio entre a Funai e a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Além da proximidade com esses megaprojetos, os Apinajé enfrentam invasões constantes de seu território por posseiros, fazendeiros médios, madeireiros, coletores de frutos do cerrado, caçadores e pescadores ilegais e pequenos comerciantes que vivem da venda de bebida alcoólica e da prostituição.

Entre as contradições internas estão as ligadas aos conflitos e eventos gerados pelo aumento do contato com a sociedade capitalista envolvente, bem como pelo surgimento de novos padrões de comportamento social. A situação de dependência dos programas sociais, conjugada ao confinamento territorial, motiva os Apinajé a buscarem, cada vez mais, a satisfação de suas necessidades de sobrevivência e dos seus desejos de consumo, como, por exemplo, roupas e calçados, no contexto urbano. Os Apinajé reivindicam e apreciam alimentos industrializados e benfeitorias, como luz elétrica para as aldeias que ainda não a possuem e obras de saneamento básico.

A situação de dependência mencionada acima se configura pelo fato observado de que os programas sociais constituem o principal meio de acesso dos Apinajé à renda monetária. Entretanto, penso que os próprios Apinajé não se sentem “dependentes”, no sentido de uma submissão, mas encaram o recebimento desses recursos como se a sociedade não-índia estivesse “pagando” parte da dívida social relacionada com as perdas territorial, populacional e cultural que esta população indígena enfrentou no decorrer da história de contato. Ou seja, para os Apinajé, a concessão de benefícios e o

desenvolvimento de programas sociais é parte da obrigação do Estado para com os povos indígenas, da qual a sociedade não-índia seria devedora.

Na São José existe luz elétrica, que funciona por um sistema monofásico. Recentemente, o consumo aumentou bastante: há sete anos, era rara a casa que tinha uma TV, por exemplo, mas hoje quase não há casa sem TV, sendo que várias famílias possuem também outros eletrodomésticos, como geladeira e aparelho de som. O aumento do consumo tem provocado queda de energia diariamente, o que atrapalha, por vezes, o funcionamento de equipamentos do posto da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), como o inalador.

Na área da saúde, o atendimento feito nos postos da Funasa presentes nas aldeias segue critérios da medicina ocidental alopática, criando, assim, novas necessidades de consumo de remédios e de especialidades médicas, encontráveis apenas nas cidades. Os postos da Funasa localizados dentro das aldeias atuam como pronto-socorro e administram tratamentos receitados pelos médicos. A Funasa tem também um posto de atendimento na cidade de Tocantinópolis (TO), conhecido como *Pólo Indígena*, uma espécie de centro administrativo. A partir desse Pólo, gerencia-se a infra-estrutura de atendimento relativo às questões de saúde dos Apinajé, em parceria com o Projeto Rondon e a Prefeitura de Tocantinópolis.

Atualmente, há um debate na aldeia sobre a necessidade de se construir uma cantina no pátio, para que a população possa comprar os produtos alimentícios que costuma buscar na cidade e, assim, reduzir o número de idas para a zona urbana.

A diversificação do consumo de produtos industrializados engendrou o aumento na produção de lixo que polui os ribeirões. O serviço de coleta do município é precário. Parte do lixo é reunida pelo agente sanitário, (cargo exercido por um Apinajé) de casa em casa, permanecendo vários dias amontoado no pátio, à espera do caminhão coletor, da mesma forma que o lixo produzido no posto de saúde. A outra parte fica no chão da aldeia, principalmente nas margens dos ribeirões.

Em 2008, na aldeia São José, agravou-se o problema do contágio de algumas enfermidades, porque essa aldeia recebeu e abrigou moradores de quase todas as outras, por conta de um episódio violento envolvendo não-índios. Trata-se do assassinato de quatro homens que invadiram a aldeia Buriti

Cumprido, armados, para resgatar um trator que os Apinajé haviam apreendido com o intuito de pressionar o prefeito de Cachoeirinha a cumprir promessas de melhoria naquelas aldeias. Então, os Apinajé que vivem perto de Luzinópolis, São Bento e Cachoeirinha, temerosos de que parentes ou amigos das vítimas quisessem se vingar, abandonaram suas aldeias e dirigiram-se todos para a aldeia São José.

Esse acontecimento ilustra o clima de hostilidade que ameaça a integridade dos Apinajé. Aliás, esse era um dos assuntos mais recorrentes nas casas e nas reuniões coletivas, durante o tempo em que permanecemos na aldeia. Convém detalhar um pouco mais o incidente. Entre dezembro de 2007 e janeiro de 2008, índios da aldeia Cocalinho mantiveram consigo o trator pertencente à prefeitura de Cachoeirinha, esperando, com isso, obter as melhorias prometidas, entre elas a instalação de energia elétrica na Buriti e na Cocalinho e a colocação de cascalho na estrada. Representantes da prefeitura foram até a aldeia tentar resgatar o trator por duas vezes, mas os Apinajé não o entregaram, alegando que só o fariam se o prefeito comparecesse para um diálogo sobre as melhorias solicitadas e prometidas. Depois de alguns dias, cinco homens invadiram a aldeia Buriti Comprido, encapuzados e armados. Nessa aldeia estavam também os moradores de Cocalinho, para um jogo de futebol. Os homens se aproximaram e começaram a atirar, gastaram toda munição e não conseguiram acertar um tiro sequer nos índios. Quando acabou a munição, os Apinajé se muniram de pedaços de pau e os mataram. O motorista da camionete ainda tentou escapar, mas foi pego, arrastado para fora do carro e morto. Segundo Maricota, nossa anfitriã, mulheres também participaram do ato, ajudando a cercar a camionete e a arrastar o motorista para fora do carro. Apenas um conseguiu escapar e foi preso pela polícia de Tocantinópolis. Depois disso, a aldeia Cocalinho foi inteiramente queimada e a escola depredada. Foram 15 casas queimadas junto com todos os pertences dos moradores. Os moradores não foram feridos porque já haviam saído da aldeia.

Houve várias reuniões na aldeia a respeito desse assunto. Seguiu-se um processo judicial e os Apinajé envolvidos tiveram que prestar depoimento, no qual o advogado da Funai que os defendeu alegou legítima defesa. Em uma das reuniões que se realizaram sobre esse tema, os Apinajé reivindicaram a

ativação dos postos de vigilância da Funai, sobretudo o Posto do *Veredão*, situado ao norte, na beira da rodovia BR 230, argumentando que a área está sendo constantemente invadida. Pediram que fossem colocados marcos para sinalizar as delimitações da área. O administrador da unidade da Funai de Araguaína (TO) deu esperanças de que as reivindicações seriam atendidas, dizendo que “*hoje existe vontade política de aparelhar a Funai*”.

Representantes do CIMI e de outras organizações populares foram até a aldeia a fim de fazer um documentário sobre esse caso e mostrar para a sociedade envolvente o que aconteceu na aldeia Burity Cumprido. O objetivo, segundo os organizadores do filme, é desfazer a imagem de *assassinos* que está se disseminando entre os não-índios, sobretudo naquela região, a respeito dos Apinajé.

Mesmo com o acesso aos programas de recebimento de benefícios e o atendimento diário da Funasa, os Apinajé sentem-se fragilizados. Nas reuniões coletivas, no pátio ou na escola, o discurso dos Apinajé evidencia o reconhecimento da intervenção do Estado como necessária e benéfica. As falas reivindicam mais ações por parte das esferas públicas nacionais, para um atendimento mais eficiente à população Apinajé nos quesitos saúde, segurança territorial e alimentar.

Os Apinajé respondem às pressões externas e aos conflitos internos tentando buscar um equilíbrio entre as transformações sociais da atualidade e os conhecimentos ancestrais, que se revela, por exemplo, na continuidade de algumas tradições, tais como o *pàrkeapê*, cerimônia que marca a finalização do luto e o *meôkreporundi*, rito ligado a história da existência lendária de uma aldeia das mulheres<sup>2</sup>, também realizado por ocasião de finalização de luto.

As transformações sociais se dão em todos os níveis e esferas – seja via o sistema educacional, os contatos com representantes religiosos, relações comerciais ou casamentos com não índios –, mas coexistem com a cosmologia vigente e os costumes ancestrais, entre os quais a centralidade de *Koti e Kore*. Esses dois termos se referem às duas metades que equacionam o mundo

---

<sup>2</sup> Odair Giralдин relata esse mito em sua tese de doutorado como ligado à saga de um guerreiro, chamado Pepxi-ti (Giralдин, 2000).

segundo os Apinajé, e, de acordo com Giralдин (2000), servem para classificar quase todos os elementos do universo, tais como plantas, animais, cosmos, nomes, enfeites, pinturas, formas discursivas e comportamentos.

Um dos traços culturais mais evidentemente conservados, contudo, é a língua. Entre os Apinajé, a língua portuguesa é a segunda língua. As crianças aprendem primeiramente a falar e a escrever na língua materna e depois em português.

## OS PROGRAMAS SOCIAIS

Os Apinajé, atualmente, têm acesso aos seguintes benefícios: cestas básicas, aposentadoria por idade, auxílio-doença, benefício por deficiência física, salário-maternidade<sup>3</sup> e, quando saí da aldeia, estavam prestes a começar a receber a bolsa-família. Esses benefícios são concedidos pelo governo federal através da Funai e da Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

As cestas básicas chegam mensalmente. Para a distribuição das cestas, são considerados núcleos familiares aqueles compostos por uma mulher com filhos e/ou netos, por um casal, um casal com filhos e/ou um casal de idosos. Cada núcleo recebe uma cesta, mesmo que vários núcleos morem sob o mesmo teto. Assim, uma casa pode receber mais que uma cesta básica.

A aposentadoria por idade contempla homens a partir de 55 anos de idade e mulheres a partir de 50 anos<sup>4</sup>. Na aldeia São José, essa faixa etária corresponde a cerca de 6% da população. Há também pessoas com idade inferior a esta, que recebem benefício por invalidez para o trabalho – problemas na coluna por exemplo, diabetes ou outros. Famílias que compreendem portadores de algum tipo de deficiência também recebem benefício, como a

---

<sup>3</sup> Salário-maternidade é um benefício a que têm direito as seguradas, contribuinte individual e facultativa, por ocasião do parto, da adoção ou da guarda judicial para fins de adoção. (Fonte: Previdência Social). Esse benefício foi estendido às mulheres indígenas na categoria “contribuinte especial” a partir dos 14 anos de idade. O salário-maternidade pode ser requerido até cinco anos após o nascimento da criança. O pagamento é feito durante 120 dias em três parcelas.

<sup>4</sup> No contexto urbano a aposentadoria por idade continua contemplando mulheres com 60 anos ou mais e homens com 65 anos. Entre os Apinajé segue-se o critério da aposentadoria rural.



família de Silas, um garoto de cerca de oito anos que sofre de epilepsia. E há ainda o auxílio-maternidade de R\$ 1.500,00, concedido para cada criança que nasce. Esse valor pode ser recebido de uma única vez ou em três vezes, de acordo com a preferência dos pais da criança.

Há sete anos, os Apinajé recebiam apenas a aposentadoria por idade. Assim, os impactos sociais e econômicos decorrentes do recebimento de benefícios eram menores, porque o número de pessoas contempladas não era tão significativo em relação à comunidade como um todo. Hoje, entretanto, percebe-se que esse fato influencia a falta de ânimo e de disposição para o plantio das roças familiares e dificulta a continuidade de atividades como a criação de animais, como bovinos e galináceos.

Vários processos têm contribuído para o surgimento de novos desejos de consumo, sobretudo de produtos industrializados: o aumento da circulação de dinheiro, advindo do recebimento dos benefícios relatados acima, e de outras fontes de renda, como os salários dos professores índios e de outros profissionais como merendeira, agentes de saúde e agentes sanitários; a intensificação das relações entre índios e não-índios, que vão de contratos comerciais até casamentos; o acesso a informações veiculadas pela TV; o aumento da escolaridade geral; e, por fim, a experiência na faculdade dos oito professores indígenas já formados e dos sete ainda em formação, desde que conseguiram ocupar vagas destinadas às populações indígenas, em 2007.

Em resposta a esse estado de dependência, os Apinajé formaram associações que procuram elaborar projetos de geração de renda, visando à construção de sua autonomia econômica. O Centro de Trabalho Indigenista desenvolve um projeto de extração de polpa para a indústria de suco, em parceria com uma associação Apinajé. As frutas coletadas são beneficiadas pela *Fruta Sã - Indústria, Comércio e Exportação Ltda*, empresa de propriedade da associação *Vyty caté*[4], da Associação do Povo Timbira do Maranhão e do Tocantins e também do CTI. Essa atividade é coordenada pela unidade do CTI que fica em Carolina (MA). Uma outra associação Apinajé, a *Krinduré* está buscando orientação da Funai para implantar um projeto de criação de porco queixada. Há ainda uma terceira organização, a ASPROIN (Associação de Produtores Rurais Indígenas), coordenada por um missionário Batista que trabalha com os moradores da aldeia Abacaxi, formada por 16 famílias, que



desenvolve um projeto de criação de porcos com financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), ligado ao Banco Central do Brasil. O projeto conta hoje com 67 cabeças de porcos. O Pronaf tem uma linha de financiamento que inclui *índios, remanescentes de quilombolas e silvicultores*. No entanto, vários Apinajé moradores da aldeia São José mostram preocupação quanto a esse projeto, dizem que se os detritos dos porcos não forem escoados de uma forma bem planejada vão poluir ainda mais os ribeirões que circundam a aldeia.

Uma outra iniciativa que movimenta os Apinajé é a implantação de uma roça mecanizada e coletiva, que vem sendo realizada há anos. Em 2000, já estavam às voltas com esse tipo de plantio, porém sem muito resultado no tocante à solução dos problemas com alimentação. No dia 23 de janeiro de 2008, o Secretário Telles Leão, da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, esteve na aldeia e fez a entrega de sementes e insumos para a roça mecanizada. Segundo o secretário, a pequena aldeia Abacaxi, adjacente à aldeia São José, foi a primeira do Estado do Tocantins a ter acesso ao crédito do Pronaf. A Secretaria, sediada em Palmas, conta com uma Coordenadoria dos Povos Indígenas, cujo coordenador é Gunum, um jovem advogado Apinajé.

Na pequena aldeia Areia Branca, também próxima a São José, Antonio, um não-índio casado com uma Apinajé e que mora com a família dela, é quem coordena a *casa da farinha*, um barracão com maquinários próprios para o beneficiamento de mandioca e a confecção de farinha, alimento fundamental para a população local, cujo excedente é vendido para as pessoas de outras aldeias.

## A EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS ALDEIAS

Construída pelo governo de Tocantins, a Escola Estadual Indígena *Matiké* oferece Ensino Fundamental e Médio. A escola tem um diretor Apinajé, *Pepkryt* (Wanderlei), que mora com os pais na aldeia Abacaxi, contrariando a regra de uxorilocalidade. Seus sogros moram em outra aldeia e ele explica que levou a esposa para morar com os pais dele para poder exercer o cargo. *Pepkryt* tem formação de técnico agrícola e conta que, para fazer o curso,

morou na cidade de Palmas por três anos, onde depois trabalhou como funcionário público. Em 1998, surgiu o programa de cotas para alunos indígenas na universidade e, como ele tinha Ensino Médio completo, pôde cursar pedagogia na UFT (Universidade Federal do Tocantins). Em 2005, ano da inauguração da escola, assumiu o cargo de diretor.

O nome da escola é uma homenagem ao 1º cacique da aldeia São José. A escola tem, entre outras dependências, seis salas de aula e um laboratório de informática com oito computadores. Além disso, é equipada com uma máquina de xerox, um retroprojetor, TV e DVD. Nessa escola também funciona o EJA (Ensino de Jovens e Adultos). Todas as aldeias reconhecidas pela Funai têm escola, onde é oferecido, pelo menos, o Ensino Fundamental – com exceção das pequenas e recentes aldeias formadas próximas a São José. Nas aldeias São José e Mariazinha há até o 2º grau e na Matùk estudam pessoas da São José, mas também de Boi Morto, Cocal Grande, Abacaxi, Prata e Areia Branca. O Estado, através da Funai, fornece uma perua que transporta os alunos que moram mais longe, e provê o material escolar.

De acordo com Pepkryt, a evasão escolar é grande. Ele conta que os motivos são as dissidências políticas internas que provocam a formação de outras aldeias; os jovens que se casam na idade escolar e deixam o curso e, por fim, o alcoolismo. O casamento é a principal causa da evasão significativa também no EJA.

Pepkryt relata que boa parte do conteúdo escolar, sobretudo o referente às séries iniciais, é trabalhada por meio de livros didáticos escritos na língua Apinajé e que a escola oferece esporadicamente atividades extracurriculares, entre elas a organização de festivais de música indígena, aulas de pintura e artesanato com babaçu.

Albuquerque (1999) estudou aspectos da situação sóciolingüística dos Apinajé no contexto das aldeias Riachinho e Bonito com a finalidade de compreender como se dá o uso das línguas Apinajé e Português nas relações intra e intergrupos. O autor argumenta, no final da década de 90, que as escolas das comunidades Apinajé vinham adotando um modelo pluralista de educação escolar com concepções próprias sobre o que deve ser ensinado e que, nesse sentido, a escola não seria vista como um único lugar de aprendizado, uma vez que a comunidade possui uma sabedoria própria para ser comunicada

e transmitida através do mecanismo tradicional da oralidade. Ou seja, a escola para esse autor aparece como um local valorizado para o aprendizado de ensinamentos não-indígenas.

Afirma o próprio autor, entretanto, que a língua Apinajé escrita, principalmente os textos produzidos pelos professores indígenas, tem sido fundamental para despertar nos jovens interesse pela sua cultura.

Em minha primeira situação de pesquisa, nos anos de 1999 e 2000, a opinião da professora não-indígena de 1ª a 4ª série era de que os Apinajé davam pouca importância ao ensino formal. Relatou que ficava ao encargo dos professores incentivar os pais a matriculem os filhos na escola. Alguns pais não o faziam alegando que o tempo gasto pela criança na escola impedia o aprendizado no trabalho da roça. Para os pais o conteúdo escolar tinha uma importância secundária pois só ensinava “coisa de branco”. Nessa época, o ensino de 1ª a 4ª série era ministrado improvisadamente em uma casa que hoje é utilizada como dependência do posto da Funasa.

Hoje, porém, a aldeia S. José conta com a escola Matùk, mencionada acima, e todas as crianças em idade escolar (de 1ª a 4ª série) estão matriculadas. Não há relatos de famílias que deixem de levar os filhos à escola. O próprio prédio ganhou uma dimensão de local de reuniões coletivas, sendo, muitas vezes, preferido ao pátio da aldeia. O diretor e alguns professores indígenas demonstraram certa preocupação em levar para a escola ensinamentos tradicionais. Nesse caso, a escola parece também ser vista como um espaço apropriado a ações que visem a tentativa de uma espécie de “resgate” de práticas julgadas em processo de desuso.

Com relação ao aspecto lingüístico, Albuquerque afirma que a língua portuguesa estaria aos poucos ocupando o espaço da língua materna, como na educação escolar, no trabalho, na troca de bens e em casa (no caso dos casamentos mistos). Paulatinamente, a língua portuguesa viria substituindo as funções e domínios sociais que, outrora, eram exercidas somente pela língua indígena. É possível que haja diferenças do uso lingüístico entre as aldeias, levando-se em conta que, segundo os moradores da S. José, as aldeias Riachinho e Bonito apresentam grande ocorrência de casamentos com não-índios. Entretanto, na aldeia S. José, o uso da língua materna continua em vigor. É a primeira língua aprendida pelas crianças tanto oralmente quanto na escrita.

Ladeira (1997), ao analisar a situação linguística dos Timbira, afirma que, apesar dos esforços de alfabetização, poucos poderiam ser considerados tecnicamente alfabetizados, sendo que a maior parte continuava *funcionalmente analfabeta*. Segundo a autora, para os grupo Timbira, a leitura não havia se tornado significativa, no sentido de uma ação reflexiva que pudesse ser incorporada à experiência de vida.

Em minha última visita entre os Apinajé, a atitude do cacique *Waxmegri* que anota em ata as reuniões da aldeia e documenta todas as resoluções coletivas mostra o quanto essa situação tem mudado rapidamente. De fato, em 1999/2000 isso não acontecia. Apenas algumas pessoas tinham o domínio da escrita e esse conhecimento parecia descontextualizado do cotidiano da aldeia. Hoje, não apenas o cacique, mas é usual observar jovens estudantes ou professores, que auxiliam o cacique, escreverem e revisarem documentos reivindicatórios que são enviados às autoridades locais.

## SAÚDE: ATENDIMENTO NAS ALDEIAS

Um dos principais problemas de saúde que levam os Apinajé a procurarem o posto médico é a diarreia infecciosa proveniente da contaminação da água dos ribeirões. Além do acúmulo de lixo, os Apinajé costumam utilizar a área próxima ao rio para as necessidades fisiológicas; e, quando chove, fezes e urina contaminam a água. Na água também são jogadas as placentas após os partos e nesses mesmos ribeirões as pessoas se banham, lavam roupas, utensílios de cozinha e as crianças, algumas vezes, bebem a água. Por isso os Apinajé reivindicam obras de saneamento básico. Além dessa enfermidade, um outro problema de saúde que leva muitas crianças aos hospitais é a pneumonia seguida de desidratação. Esses casos são enviados para internação nos hospitais de Tocantinópolis ou Araguaína.

De acordo com os agentes de saúde que trabalham na aldeia, os problemas infecciosos atingem sobretudo as crianças. Entre os adultos, há muitos casos de dores lombares. A hipótese apresentada pelos agentes é que, no caso das mulheres, a dor é provocada pela maneira como carregam as crianças. De fato, meninas a partir de cerca de 8 anos de idade já carregam

seus irmãos e irmãs menores apoiando-os lateralmente na cintura. O bebê sentado sobre o osso do quadril faz com que elas andem com a coluna torta. Quando novas, carregam os irmãos, depois os próprios filhos e, posteriormente, os netos. No caso dos homens, a justificativa é o trabalho na roça.

No posto da aldeia trabalham duas equipes, com três não-índios e um agente indígena cada. Essas duas equipes se revezam de 10 em 10 dias. Durante esses dias cada equipe fica o tempo todo na aldeia para que o atendimento possa ser prestado em tempo integral, inclusive nos feriados e finais de semana.

Para um Apinajé poder atuar como AIS (Agente Indígena de Saúde), deve ter concluído pelo menos o Ensino Fundamental. A mesma exigência é feita aos agentes não-índios. Os agentes visitam as casas periodicamente para checar o estado de saúde de cada família e fazem uma espécie de triagem. Um médico do hospital de Tocantinópolis visita a aldeia uma ou duas vezes por semana. O trabalho dos agentes é verificar a pressão arterial dos pacientes, administrar medicamentos prescritos, fornecer soro para os casos de diarreia e aplicar inalação. Os casos mais graves são encaminhados para o pronto-socorro de Tocantinópolis. Quando necessário, através do rádio que fica no posto de saúde, é solicitado ao Pólo Indígena o envio de um carro da Funasa para o transporte do paciente até a cidade. No posto da aldeia, as crianças tomam todas as vacinas a que as crianças urbanas têm acesso normalmente, mais o rotavírus.

As mulheres grávidas fazem acompanhamento pré-natal no posto. De acordo com as agentes, boa parte das mulheres grávidas apresenta quadro de anemia. Segundo a coordenadora dos AS (Agentes de Saúde), na aldeia São José, de 30 mulheres grávidas (número aproximado de mulheres grávidas na aldeia, em janeiro/2008) cerca de 25 estavam com anemia.

Os partos são realizados, na sua maioria, por parteiras Apinajé. Apenas os casos mais complicados vão para o hospital de Tocantinópolis. Em geral, as mulheres Apinajé preferem que o parto seja realizado por parteiras. Maricota, nossa anfitriã, é uma das parteiras mais experientes da aldeia. Em junho de 2007, Maricota participou, representando os Apinajé, de *oficinas para parteiras* em Carolina, em um evento promovido pelo CTI e pela Coordenação Geral

de Desenvolvimento (CGDC) da Funai. Mas, para Maricota, muitas doenças estão acontecendo devido à ingestão de remédios de branco.

Após o nascimento, a criança recebe acompanhamento médico até o primeiro ano de idade. Um dos cuidados é a avaliação do peso: quando há constatação de que está abaixo da média, a criança recebe um complemento alimentar, um mingau à base de leite feito pelos próprios agentes e distribuído todas as manhãs. As crianças fazem fila para receber esse alimento.

As agentes de saúde afirmam que a mortalidade infantil vem diminuindo. Porém, há motivos para acreditar que a situação não seja tão positiva assim. No início de 2006, morreram 19 crianças que tinham entre 0 e 6 anos. As crianças apresentavam vômito, diarreia e desnutrição. Em janeiro deste ano, quando estive na aldeia, faleceu uma criança e 10 estiveram internadas. Apesar da assistência prestada aos Apinajé, continua havendo um sério problema de insuficiência alimentar. Nesse contexto, as crianças e os mais idosos são os mais vulneráveis.

Crianças e mulheres grávidas em risco de subnutrição recebem uma sopa feita também no posto de saúde, com ingredientes fornecidos pela Funasa. Foi solicitado aos Apinajé que contribuíssem com produtos da roça para essa sopa, mas, como muitos têm abandonado o plantio da roça familiar, esses produtos também escassearam. Contudo, de acordo com os agentes a distribuição da sopa continua a ser realizada.

De acordo com os agentes, a Funasa fornece anticoncepcionais às mulheres que, por algum problema diagnosticado pelo médico, não possam ter mais filhos. Também há distribuição de preservativos. Afirmam ainda que, com relação às doenças venéreas (DST), são baixíssimos os casos diagnosticados e que nunca encontraram nenhum diagnóstico de AIDS.

Os Apinajé enfrentam ainda o problema do alcoolismo, sobretudo por parte dos homens, embora mulheres também costumem fazer uso contínuo de bebidas alcoólicas. O cacique *Waxmegri* (Orlando) vem tomando uma série de medidas para tentar inibir o problema. Trouxe, por exemplo, profissionais e religiosos para darem palestras sobre os perigos do alcoolismo para a saúde, entre eles pastores evangélicos e um comandante da polícia militar. As bebedeiras provocam episódios de violência contra a mulher. Várias mulheres contam que foram agredidas por seus maridos ou irmãos alcoolizados.

Segundo os agentes de saúde, as bebedeiras se intensificam principalmente em época de pagamento.

Embora seja ilegal a venda de bebida alcoólica para as populações indígenas, os Apinajé não encontram problemas para comprar cachaça, nem na cidade, nem nas vendas de povoados vizinhos. Durante o tempo em que estive na aldeia, um comerciante foi preso e multado por ter vendido bebida para os Apinajé.

Há evidências de que os Apinajé, apesar dessa assistência, enfrentam problemas de insuficiência alimentar. Essa é uma questão que tem várias causas e carece de uma melhor investigação. Uma das prováveis causas é a diminuição das roças familiares; outra reside no fato de que o dinheiro ganho com os benefícios é gasto de uma vez nas vendas ou lojas de roupas e o montante de alimento comprado nessa ocasião, geralmente, não basta para um mês. Além disso, conta-se que alguns beneficiários deixam seus cartões bancários com os comerciantes, que sacam o dinheiro e o transformam em vales para compra em seus supermercados. Dessa forma, os índios não chegam a pegar o dinheiro e confiam na contabilidade dos comerciantes.

## **AS MUDANÇAS E O QUE SE PENSA DELAS ENTRE OS APINAJÉ**

Atualmente os Apinajé apreciam muito os programas de televisão, sobretudo novelas e jogos de futebol. Os mais velhos lamentam a pouca disposição dos jovens em aprender as atividades tradicionais. O cacique, temeroso a respeito do arrefecimento das tradições, tentou elaborar uma programação no galpão do pátio, com oficinas de confecção de arco, flecha e borduna. Disse que pretendia que essas oficinas acontecessem todo domingo. De fato, no dia 28 de janeiro, um domingo, os jovens e os meninos foram chamados ao galpão para aprenderem como confeccionar e atirar com arco e flecha. Waxmegri explica que muitos Apinajé já perderam esse conhecimento e que essas oficinas visam a resgatar algumas práticas culturais. No domingo seguinte, porém, o cacique não conseguiu manter a atividade e reclamou da falta de participação das pessoas.



Já Camilo, pai de Waxmegri, ao comentar as mudanças em curso na vida dos Apinajé, afirma ver com bons olhos a intervenção da medicina moderna. Segundo ele, *foi bom a Funai dar remédio*. Conta que, antes, morriam muitas mulheres no parto e que doenças como sarampo, catapora e coqueluche (tosse comprida), os *wajãgã* (pajés) não conseguiam curar. Relata que, quando criança, para curar sarampo caçava-se um camaleão e, de sua carne, era feito um caldo e dado às crianças. Orlando teve sarampo e foi tratado com esse caldo.

Mas, com relação ao trabalho na roça, Camilo desabafa:

As pessoas não sabem ou não querem trabalhar com foice e enxada. Muitos acompanham os pais no dia do pagamento e compram cosméticos e roupas caras, estão vivendo às custas dos velhos. Vivem às custas de quem ganha *katiporé* (dinheiro). Isso atrapalhou o trabalho na roça de toco. Com o dinheiro da aposentadoria, muitos compram álcool ou dão aos jovens para comprarem. Já aconteceu de índio vir bêbado na carroceria da camionete, cair na estrada e morrer. Às vezes começam a brigar dentro do carro.

Conta, saudoso, como era na aldeia antiga:

Naquele tempo, o cacique mandava matar muito *wajãgã* por causa de feitiço. Ninguém fazia nada, respeitava o cacique. Agora não querem mais obedecer ao cacique. O cacique tinha homens que eram escolhidos para matar, quando o cacique pedia. Quando alguém não queria participar de reunião, o cacique mandava buscar, botava no meio do pátio e batia muito e depois lavava e botava na cama da própria pessoa. No outro dia, a pessoa ficava boa e seguia o cacique para onde ele quisesse.

Camilo disse isso enquanto observava os poucos homens que atenderam ao chamado do cacique para o trabalho na roça mecanizada. Sendo pai de Waxmegri, Camilo desaprovou o não atendimento da comunidade diante do chamado do cacique, para que pelo menos um homem de cada

casa viesse trabalhar na roça, é como se ele mesmo, como um dos velhos mais respeitados da aldeia, estivesse sendo também desrespeitado. É possível também que Camilo esteja se referindo ao modo como as pessoas lidam atualmente com a autoridade do cacique, tendo em vista o caráter centralizador do chefe do Posto da Funai.

De qualquer forma, arrisco dizer que, entre os Apinajé, os mais velhos são unânimes em reclamar da falta de interesse dos mais jovens com relação à continuidade das tradições. Para os mais jovens, uma das questões centrais é como ter acesso ao ganho monetário, sem o qual a vida se tornou impossível. A situação pede, então, a construção de uma concepção oriunda da busca de um equilíbrio entre o chamado à modernização da vida e a compreensão de que a unidade comunitária é imprescindível à continuidade dos Apinajé e à manutenção dos direitos assegurados, como o direito à terra, tão duramente conquistado.

Outro dado interessante é que todo Apinajé possui dois nomes, um nome *panbi* (indígena), adquirido conforme as regras próprias de nomenclatura<sup>5</sup> e um nome *kupe* (não-indígena), conforme modo usual da sociedade ocidental. Penso que essa prática representa a situação de “duplicidade” cultural identitária em que vivem. O nome *panbi* simboliza a ligação do indivíduo com o mundo Apinajé, tal como construído por seus ancestrais. O nome *kupe* responde pela incorporação dos costumes e valores advindos da situação de contato com a sociedade envolvente.

A prática de dupla nomenclatura revela uma condição de ambiguidade cultural. Através do nome *kupe* o indivíduo opera o desejo de possuir bens industrializados, bem como as relações com os não-índios. Quando o nome *kupe* é acionado, permite a construção de uma situação, embora circunstancial, de “igual para igual” entre índios e não-índios. A própria constituição populacional mostra em seus traços uma situação crescente de mestiçagem: meio *panbi*, meio *kupe*. Está em jogo um novo projeto de indivíduo nascido dessa situação de limiaridade.

Na década de 70, Gonçalves (1981) analisou a estrutura social, chefia e situação de contato Apinajé e fala de uma grande distância cultural entre a

---

<sup>5</sup> Ver Giralдин (2000).

sociedade Apinajé e o segmento regional da sociedade brasileira com o qual ela se articula.

Gonçalves argumenta que, para os Apinajé, os *civilizados* seriam considerados *não-pessoas* e que em sua condição de *não-pessoas* os *brancos* representavam para os Apinajé exatamente aquilo que eles não eram e que, deste modo, eles seriam fundamentais na definição da identidade Apinajé, na medida em que se afirmariam enquanto índios por oposição aos brancos.

Embora seja ainda hoje perfeitamente possível perceber uma distância cultural entre a comunidade Apinajé e a sociedade envolvente, ela tem sido continuamente desafiada pelos conflitos referentes à luta pela demarcação da terra, pelo desenvolvimento econômico do Estado do Tocantins e, atualmente, pelo acesso aos programas sociais que permitem a circulação monetária dentro das aldeias e, como já foi dito, pela inter-relação com o consumo típico da sociedade urbana.

Para refletir acerca das transformações sociais recorro a Giddens, segundo o qual a modernidade compara-se a um veículo desgovernado, que não podemos controlar, mas também não temos como sair dele. Os Apinajé também sentem e reagem a mundialização do processo histórico da modernidade que começou por volta do século XVII na Europa.

Giddens afirma que “[a] modernidade é inerentemente globalizante” (1991, p. 69). A globalização impõe transformações universalizantes, diante das quais as tradições se reconfiguram, são abandonadas ou desincorporadas. Esse processo é caracterizado pela conexão entre o *local* e *global* que se influenciam mutuamente. A modernidade, para o autor, se assemelha a uma grande e perigosa aventura e nela, independente da nossa vontade, estamos presos e temos que participar (Silva, 2005).

Dumont (1985) também analisou em sua obra o fenômeno da modernidade, tendo como eixo analítico a constituição do individualismo. Para o autor, a expansão do capitalismo provoca nos povos do mundo reflexões constantes que tomam como base o seu “ethos” e visões de mundo. O contexto moderno traz um novo paradigma de análise antropológica: o *individualismo*.

Entre os Apinajé é perceptível o avanço paulatino de um *ethos* individualista na diferenciação da arquitetura das casas, por exemplo, que não

segue um padrão de estilo. Os materiais utilizados mais comuns são a palha de buriti e argila, porém, há casas feitas com parte de alvenaria. As atividades assalariadas, ligadas a carreira docente ou como agente saúde, também são elementos que reforçam o individualismo através do poder de compra.

## TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO

No final de 2000, assisti a uma cena em que *Irepxi* (Maria Barbosa), minha *madrinha* Apinajé (já falecida) e um grupo de mulheres brincavam com a idéia de serem caciques. Enquanto brincavam, aquelas mulheres deixavam subentendido que reconheciam a etiqueta social segundo a qual os cargos de comando não eram apropriados às mulheres, mas, ao mesmo tempo, que se quisessem poderiam assumir o cacicado. Hoje, oito anos depois, já há entre os Apinajé duas mulheres caciques. As mulheres já não tratam o assunto como brincadeira, pois sabem que quebraram a etiqueta e que, a partir de agora, qualquer uma delas pode exercer o cacicado, bastando colocar-se à disposição. Joanita, sogra de Antonio (o coordenador da casa de farinha) é cacique na aldeia Areia Branca e Panlé, casada com um não-índio, é cacique da aldeia Girassol.

Essa não foi a única mudança que está ocorrendo no campo das relações de gênero. Sobretudo para a mulher, a possibilidade de estudar e concluir um curso universitário, de exercer um trabalho remunerado como professora, ou com outros cargos na escola, transforma as expectativas de vida, apontando o florescer de novas alternativas de escolha. Por outro lado, o auxílio maternidade oferecido pelo governo incentiva o aumento do número de filhos que, por sua vez torna complicada a opção de estudar ou exercer um trabalho remunerado. Uma atenuante para o impasse é que o cuidado com as crianças é facilitado pela regra de residência uxorilocal; em geral, esse cuidado é dividido com as irmãs, a mãe e as filhas maiores de 8 anos aproximadamente. Creuza, minha irmã classificatória, por exemplo, tinha quatro filhos em 2000 e hoje tem nove. Mesmo assim, ela trabalhou por um ano como merendeira na escola da aldeia. Entre os oito professores que trabalham na escola da aldeia, duas são mulheres. Uma delas, Ana Rosa, tem dois filhos e faz um curso de formação de professores à noite.

O trabalho rotineiro das mulheres também sofreu alterações. Antes, o tempo era dividido basicamente entre o cuidado com as crianças, a casa e a roça. Hoje se acrescenta o cuidado com as roupas; como elas não tem ainda máquinas de lavar, gastam muito tempo com a lavagem de roupas nos ribeirões. Ao que parece, o tempo antes utilizado para o trabalho na roça tende a dar lugar à lavagem de roupas. A TV é outro eletrodoméstico que interfere na organização das atividades diárias. Ocupa, hoje, um lugar privilegiado no cotidiano da aldeia, sendo a principal atração do tempo livre, que antes era utilizado para a confecção de artesanato, por exemplo.

Uma outra atividade exercida tanto por homens como por mulheres aumentou bastante nos últimos anos: as viagens. Uma dos estresses diários é encontrar um carro disponível para as cidade. Os motivos são diversos: compra de alimentos, remédios e roupas; ida a hospitais; recebimento de aposentadorias e auxílios nos bancos; pagamento de prestações de eletrodomésticos e móveis.

Tal como acontece entre os Apinajé, Vinente dos Santos (2007) também observa o aumento do interesse pelo consumo de alimentos industrializados entre mulheres indígenas urbanizadas do Alto Rio Negro. A autora investiga o consumo alimentar e *agency* nas políticas de identidades e busca entender o papel da mulher como agente do processo de transformação social, tendo como base a questão das escolhas relacionadas ao consumo alimentar doméstico de mulheres indígenas que vivem no núcleo urbano de São Gabriel da Cachoeira. A autora relata que, apesar da disponibilidade de terras próximas ao centro urbano, as mulheres indígenas parecem cada vez mais optar por alimentos do comércio local. Com base em Seymour-Smith (1991), a autora ressalta que os estudos de gênero constituem-se em fator importante para compreender o nexos entre o modo tradicional comunitário de produção e a economia de mercado capitalista.

Também em relação ao casamento, observam-se transformações. A partir dos 13 anos, mais ou menos, uma menina já pode se casar e os meninos por volta dos 15 anos. No discurso da maioria, os casamentos estão ocorrendo cada vez mais por escolha pessoal. Atualmente, um dos fatores que pode deixar uma pessoa mais atraente para o casamento é o fato de ela ter algum ganho monetário, como beneficiária ou assalariada. A vida em contato permanente com os não-índios motivou, em aldeias como Riachinho e

Mariazinha, casamentos de mulheres Apinajé com não-índios. O casamento com não-índios é uma possibilidade de escolha individual não muito apreciada no discurso dos moradores da aldeia São José. Segundo eles, o aumento desse tipo de casamento seria sinal de decadência social. Contudo, embora em menor quantidade, há casos de casamentos entre índios e não-índios também na São José, seguidos por uma boa aceitação e uma convivência sem grandes problemas. Como também há vários relatos sobre mulheres que engravidam de relações com não-índios e esses homens acabam deixando-as, não aparecendo mais na aldeia. Nesses casos, as crianças, contudo, são integradas normalmente no contexto familiar Apinajé.

## A QUESTÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO

As questões apontadas nesse artigo indicam a necessidade de aprofundar, entre os Apinajé, os estudos que versem sobre as interfaces entre o sistema social indígena, as agências da sociedade nacional e a diversificada série de sujeitos sociais com os quais a população indígena interage em caráter permanente. Os estudos nessa área são motivados pela situação atual de contato das populações indígenas, que geram problemáticas similares às citadas nesse artigo. A busca de projetos que permitam apontar caminhos e soluções para a construção de uma vida mais independente do ponto de vista econômico parece importante, não apenas para a construção da autonomia social, mas para a própria sobrevivência física dessa população. A própria comunidade demonstra interesse em aprofundar pesquisas que subsidiem os debates internos sobre projetos de sustentabilidade. Tal preocupação está presente entre os Apinajé, haja vista a formação de associações que buscam financiamentos e assessoria para o desenvolvimento de projetos de sustentabilidade.

Diniz, Magalhães e Monte-Mór (2006, p.1), sobre economia e etnodesenvolvimento no território entre os Xakriabá (MG), atestam que, apesar da especificidades locais do povo Xakriabá, *a atual tendência de organização política e social dessa população pressupõe um avanço econômico que melhora suas condições de vida e não se traduza em transformações rápidas e violentas a ponto de comprometer o maior patrimônio que possuem – sua esfera cultural e ecológica.*

A exemplo dos trabalhos que versam sobre essa questão, entre outras preocupações considera-se o crescimento demográfico das populações indígenas nas últimas décadas e problemas ligados à necessidade de aumento da produção e de criação de oportunidades de trabalho. Para esses autores, o *etnodesenvolvimento*, configura-se em um referencial para se pensar as novas formas de organização social que vêm sendo construídas nos territórios indígenas.

Enfim, esse é um tema que tem movimentado diversos estudos e abordagens sobre o papel das políticas públicas na questão indigenista. Souza Lima e Barroso-Hoffmann, reuniram em *Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: Bases para uma nova política indigenista* autores como Juliana Santilli, Aurélio Rios, Carlos Marés, Pacheco de Oliveira e Azanha, em artigos que versam sobre a situação dos povos indígenas na Amazônia. Os temas envolvem conflitos fundiários, abuso de direitos humanos, violência e condições de empobrecimento.

Azanha (2002) lembra que desenvolvimento tem sido confundido com industrialização e capacidade tecnológica. Para o autor, essa visão embasou a noção de progresso que colocou *atraso* como sinônimo de pobreza e conjugou moderno com riqueza e, a partir desses parâmetros, construiu a idéia de *bem-estar social*, interpretado através dos seguintes fatores: crescimento populacional, aumento da renda per capita, padrão alimentar medido pelo consumo de proteínas, nível de escolarização e elevação da capacidade de consumo.

Na ciência econômica, parte-se do pressuposto de que o crescimento econômico é condição primordial para o desenvolvimento social que, por sua vez, é condição essencial para a melhoria do bem estar geral da população. Não se discute se há, nesse pressuposto, uma visão etnocêntrica, ou se há alguma consequência prática ou epistemológica na sua aplicação às políticas públicas que se designam, por exemplo, às populações indígenas.

De acordo com Altvater (1995) no Relatório Brutland em 1987, menciona-se a possibilidade do desenvolvimento sustentável como tentativa de conciliar desenvolvimento industrial e sustentabilidade ambiental. A partir de uma crítica, a noção que conjuga industrialização e desenvolvimento, levanta-



se a proposta, lembra Azanha, de delimitar o processo industrial e qualificar como 'sustentável' as indústrias que investem parte da riqueza na reposição e conservação dos recursos primários.

Cardoso de Oliveira (2000) menciona o *etnodesenvolvimento* enquanto uma modalidade de desenvolvimento alternativo proposta na Reunião de Peritos sobre *Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina* realizada em San José da Costa Rica em 1981, patrocinada pela Unesco. Segundo Cardoso de Oliveira, trata-se de uma política difundida como uma espécie de solução para um processo de desenvolvimento que não atende aos interesses e os direitos de populações ou povos alvos de programas *de mudança induzida*.

É no contexto dessa discussão, bastante resumida aqui, que a questão do *etnodesenvolvimento* para as sociedades indígenas se coloca. Tradicionalmente, diz Azanha, as relações entre as sociedades indígenas com o mercado foram impostas pelas frentes nacionais de contato. O autor ressalta que a maioria dos projetos de etnodesenvolvimento realizados ou em curso, são sustentados financeiramente, de um lado, por agências de cooperação internacional, privadas e públicas e, de outro, por recursos *compensatórios* (intermediados pela Funai), provenientes dos megaprojetos que atingem as terras indígenas como as das indústrias das barragens, linhas de transmissão, estradas de ferro e de rodagem e hidrovias. Entretanto, o autor coloca sua dúvida: esses recursos fomentam o etnodesenvolvimento ou apenas provocam a dependência crescente em relação às agências financiadoras, como Vale do Rio Doce (CVRD), Eletronorte e Furnas?

Entre os Apinajé há que se considerar os aspectos demográficos, que aparentemente diferem dos povos amazônicos, isto porque não parece estar ocorrendo um aumento acentuado de população, sobretudo pela manutenção de elevada mortalidade infantil; mas esse é um fato a ser investigado.

No âmbito dessas questões, as relações de gênero continuarão, sem dúvida, a sofrer metamorfoses e, sendo assim, pretendo aprofundar a investigação de como as relações de gênero serão perpassadas por esse processo histórico.

**ABSTRACT:** The article summarizes some data, resulting from a fieldwork realized in January of 2008 among the Apinajé in the state of Tocantins. The data refers to the socioeconomic situation currently experienced by this indigenous population and issues related to health, education and gender.

**KEYWORDS:** indigenous peoples, Ge people, Apinajé

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. *Contato dos Apinajé do Riachinho e Bonito com o português: aspectos da situação sócio-lingüística*. Dissertação de mestrado. UFG, Goiânia. 1999.
- ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza. Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial*. Unesp, São Paulo. 1995.
- AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: Souza Lima, A.C e BARROSO-HOFFMANN (org): *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa, LACED, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico*. Estudos Avançados. Vol IV, nº 40, São Paulo, 2000.
- DA MATTA, Roberto. *Um Mundo Dividido: A estrutura social dos índios Apinajé*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- GIRALDIN, Odair. *Axpên Pyrak. História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinajé*. Tese de doutoramento, IFCH/UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2000.
- GONÇALVES, José Alves dos Santos. *A luta pela Identidade Social: o caso das relações entre índios e brancos no Brasil central*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2000.

LADEIRA, Maria Elisa. O uso da escrita entre os Timbira. Revista RUA, UNICAMP, vol.1, nº 3 – Campinas, 1997.

ROCHA, Raquel Pereira. *A Questão de Gênero na Etnologia Jê a partir de um estudo sobre os Apinajé*. Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP. Campinas, São Paulo.

DINIZ, Sibelle & Magalhães, Felipe N. C. & MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Economia e Etnodesenvolvimento no território indígena xakriabá / MG. XII Seminário sobre a Economia Mineira Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina (MG). 29/Ago a 1/Set. De 2006.

SILVA, Antonio Ozaí. Anotações sobre modernidade na obra de Anthony Giddens. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 47, ano IV, Abril/2005.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de, e BARROSO-HOFFMANN, Maria . *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*; Rio de Janeiro, Contra Capa, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estado e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2002.

\_\_\_\_\_. *Além da tutela: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2002.

VINENTE DOS SANTOS, Fabiane. 2007. *Comida de branco, comida de índio: consumo alimentar e agency nas políticas de identidades entre mulheres indígenas urbanas*. Trabalho final da disciplina “Etnologia Sul-americana”. Programa de doutoramento em Antropologia. IFCH. Unicamp.

## SITES CONSULTADOS

[www.trabalhoindigenista.org.br](http://www.trabalhoindigenista.org.br) – Acesso em 03/04/2008

[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org) – Acesso em 03/04/2008

[www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br) – Acesso em 12/04/2008

[www.ibase.br](http://www.ibase.br) – Acesso em 18/04/2008

[www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br) – Acesso em 16/05/2008